

Manifestações levam às ruas bandeiras históricas da classe trabalhadora

Sim, junho e julho de 2013 já entraram para a história! Em especial o 11 de julho, Dia Nacional de Luta, com mobilizações, paralisações e greves, coordenadas pelas centrais sindicais do país.

Há mais de duas décadas não se via no nosso país um tipo de mobilização como as registradas nas últimas semanas. A partir dos protestos do Movimento Passe Livre pela redução da tarifa dos transportes no Rio de Janeiro, São Paulo e Goiânia, o movimento cresceu graças, inclusive, às redes sociais.

Dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontam que até 30 de junho moradores de 440 cidades foram às ruas pedir por mudanças para o país. Algo em torno de dois milhões de pessoas. As mobilizações que varreram o Brasil ganharam, em 11 de julho, o grito da classe trabalhadora. Organizada pelas centrais sindicais, a greve geral envolveu importantes setores da economia e ganhou receptividade da população.

As reivindicações de mais recursos para a saúde, educação e transportes, que deram o tom das jornadas de junho, foram adicionadas pautas históricas dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho, reajuste dos salários,



Foto: Comunicação Adufes

No dia 11 de julho, os trabalhadores se concentram em frente à Assembleia Legislativa com suas bandeiras de luta.

o fim do fator previdenciário e da inflação. A pauta unificada das centrais sindicais também inclui reforma Agrária e a suspensão dos leilões do petróleo.

“É um momento histórico para o país. Estamos diante de um momento político que pode dar frutos e a classe trabalhadora precisa continuar mobilizada para exigir mudanças”, ressalta o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Dia de luta, greve geral. No Espírito Santo, a participação dos trabalhadores nos protestos de “11 de julho”, foi massiva. Mesmo quem não foi para os atos de rua aderiu ao movimento, não indo trabalhar. O comércio, bancos, escolas, e outros serviços fecharam as portas. O transporte coletivo na Grande Vitória simplesmente parou, sendo seguido por taxistas, motoboys, e outras categorias.

Marchas pacíficas saíram de vários bairros da região metropolitana de Vitória se juntando a outras em um

grande cordão de reivindicações. Pelas pontes que ligam Vitória, Vila Velha e Cariacica o tráfego de veículos deu lugar às marchas de trabalhadores que se concentraram na frente da sede do Legislativo estadual. A coordenação do Dia Nacional de Luta estima que mais de seis mil pessoas foram às ruas.

Os professores da Ufes deram seu recado. Os docentes da Ufes, junto com estudantes e técnico-universitários exibiram faixas e bandeiras de lutas como o fim do fator previdenciário e aumento no valor das aposentadorias, 10% do PIB para a educação e 10% do orçamento da União para a saúde e valorização profissional.

“Esse dia não termina hoje. Temos muitas lutas pela frente e precisamos estar unidos e fortes”, disse o presidente da Adufes do alto do carro de som. Docentes que integram o Fórum Capixaba em Defesa da Saúde recolheram assinaturas da população para a Campanha em defesa dos 10% do

PIB para a Saúde Pública.

“O Fórum vai desenvolver a Campanha “Saúde e Sociedade: Contra a Privatização da vida!”E a proposta é que ela seja lançada no formato de Seminário nos dias 15 e 16 de agosto, provavelmente no auditório do IC-II”, afirma a diretora da Adufes, Maria Daniela Daniela Corrêa de Macedo.

Movimentos sociais do campo levantaram bandeiras de luta. O MST e MPA levaram reivindicações históricas por reforma agrária e defesa do campesinato. Mas as demandas foram além dos pleitos das categorias profissionais e incluiu o fim do pedágio da Terceira Ponte, fazendo coro ao movimento “Ocupa Ales” na sede do legislativo.

Representantes das centrais sindicais entregaram uma pauta de reivindicações ao governador Renato Casagrande e ao presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Valls Feu Rosa. A pauta unificada contempla mais de 100 itens.

Adufes celebrou 35 anos de lutas e conquistas com a categoria

Cerca de 400 pessoas, entre associados e convidados, estiveram na comemoração do aniversário da Adufes, no dia 21/06, na sede da entidade.

Em discurso, o presidente do sindicato, José Antônio da Rocha Pinto, falou da alegria de celebrar os 35 anos da entidade – fundada em 31 de maio de 1978, – e sobre a importância da longa trajetória de luta em defesa dos professores. “As inúmeras vitórias alcançadas pelo sindicato foram consequência da militância dos seus associados. E hoje não é diferente. Só com a mobilização teremos força para consolidar os resultados alcançados e avançar rumo a outras conquistas”, disse.

O ex-presidente da enti-



Foto: Comunicação Adufes

animação marcou a festa de 35 anos da Associação dos Docentes da Ufes. O salão ficou lotado de professores e convidados.

dade, Josemar Machado de Oliveira, lembrou da importância da entidade festejar 35 anos de existência. “É um orgulho ter ajudado na construção de um sindicato tão sólido e atuante”, comemorou. Além dele, prestigiaram o evento os ex-presidentes Fábio Correia Dutra, Benedito Tadeu Cesar, Marlene de Fátima Cararo Pires e Roberto Beling Neto,

que também estiveram no comando do sindicato.

Vídeo. Durante a cerimônia foi apresentado um vídeo com depoimentos de vários professores sobre a história do sindicato. O documentário de 15 minutos pode ser visto no site da Adufes, bem como outro vídeo com os melhores momentos do evento. Após a cerimônia, foi

servido coquetel e todos se divertiram na pista de dança montada ao lado do salão de festa. Os professores e seus convidados puderam dançar e curtir a noite ao som do DJ Emerson Vaz. O repertório variado não deixou ninguém parado. Bolo de aniversário, um brinde com champanhe, seguido de um coquetel agradaram a todos.

Site de cara nova; layout atual permite acesso de tablets e smartphones

O portal foi montado com base em sugestões dos filiados e visa divulgar as ações do sindicato. A nova plataforma é mais flexível, permitindo mudanças constantes nas páginas. “Assim, podemos inovar”, diz o diretor da Adufes, Thiago Drumond, um dos responsáveis pela reformulação do portal.

O novo site conta com sistema de busca otimizada, facilidade para que o docente se comunique com o sindicato por e-mail, galerias de vídeos, fotos, redes sociais e outras áreas de interesse da categoria. Os menus estão

separados por editorias, como Adufes, Andes, Conjuntura e Gerais.

As fotos ganharam destaque, além das notícias de maior repercussão. Além das mudanças visuais, alterações na programação do site também foram feitas. As tecnologias utilizadas nas adequações tornaram a página compatível com dispositivos móveis como tablets, smartphones, notebook e netbook.

Bem mais funcional, o portal conta com formulários e enquetes dinâmicas, conteúdo de segurança e, ainda, está repaginado para



acompanhar os visitantes, ajudando assim o sindicato a definir as melhores formas

de divulgação de atividades e notícias que interessam a todos.

Tortura no plano de saúde da Unimed

Os reajustes vão ser discutidos na Justiça. Os índices são abusivos e os professores decidiram que não há mais o que fazer a não ser aguardar decisão judicial.

As negociações com a Operadora de Saúde Unimed em torno dos percentuais de reajuste de 2011 não avançaram. A empresa recusou os 20% oferecidos pelo sindicato para os planos Uniplan e Vitoriamed. Ao invés de apresentar contraproposta de conciliação, a Unimed veio com a mesma ladainha: insiste no índice de 30% para 2011.

Além disso, para o ano de 2013 (data base é julho), a operadora quer reajustar as mensalidades em 30% e 60%, respectivamente para os planos Uniplan e Vitoriamed. De acordo com o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, enquanto não houver uma decisão judicial o reajuste que permanece é o fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que em 2012 foi de 7,93%.

“A Unimed continua insistindo em cancelar o contrato com a Adufes, que foi assinado há cerca de 20 anos. Fizemos o possível para tentar a conciliação, mas a Unimed não quer negociar. Agora está nas mãos da Justiça”, diz Rocha.



Assembleia dos docentes deliberou por aguardar decisão judicial sobre o caso Unimed.

O mesmo ocorre com os reajustes de 2012. A operadora pediu índices elevados - 30% e 24% - para os dois planos. O acordo ainda está pendente.

Justiça garantiu manutenção do plano. Em 2011, a Unimed chegou a pedir o cancelamento do contrato com a Adufes. Para prote-

ger os usuários, o sindicato entrou com ação na justiça, obtendo sentença liminar que garantia o não cancelamento dos planos. A Justiça determinou, ainda, que a Unimed aplicasse reajuste no limite do índice divulgado pela ANS para os planos individuais.

Governo condiciona acesso ao contracheque à leitura sobre Funpresp

As artimanhas do governo para pressionar os servidores públicos federais a aderirem a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Executivo (Funpresp-EXE) não têm limites. Os professores que desejam acessar a versão eletrônica do contracheque estão sendo condicionados à confirmação de leitura de informes que fazem propaganda sobre o Fundo de Previdência Complementar (Funpresp).

Para os servidores que acessam o contracheque apenas na versão eletrônica no Siapenet, a confirmação da leitura é obrigatória, pois o documento só é disponibilizado após o clique na opção ‘confirmar’. A mensagem do governo que antecede à visualização do documento evidencia a intenção subjetiva de atrair adesões de servidores públicos, entre eles os

professores, ao Funpresp.

“Esta é mais uma manobra do governo para induzir os professores a aderirem o Funpresp. O Fundo foi criado com a desculpa de reduzir o falacioso déficit da Previdência, cuja receita, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, é desviada para outros fins, como o pagamento de juros”, destacou o presidente da Adufes José Antônio da Rocha Pinto.

De acordo com ele, é possível que por meio do novo fundo o governo use o dinheiro dos servidores para alimentar mais uma vez a ciranda financeira. Outra crítica é de que a Funpresp destrói a perspectiva de carreira no funcionalismo, cria divisão interna na categoria, além de retirar um direito histórico dos trabalhadores do serviço público: a aposentadoria integral.



O encarregado de Assuntos de Aposentadoria e coordenador do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN (GTSSA), Almir Menezes Filho o governo pode afirmar que as pessoas que estão acessando a mensagem são favoráveis à Fundação. O diretor recomenda, por precaução, que

os docentes evitem clicar na opção ‘confirmar’, e que adiem a consulta do contracheque. “O simples ato de clicar na palavra ‘confirmar’ não significa adesão, mas o governo poderá manipular o número de acesso para utilizá-lo como propaganda”, diz o coordenador do GTSSA.

*Com informações do Andes-SN



58º Conad destaca necessidade de ampliação da organização docente e unidade classista



O Conselho do ANDES-SN (Conad) será entre 18 e 21/07, em Santa Maria (RS). O tema central é ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores. O 58º Conad objetiva atualizar o Plano de Lutas a partir de um balanço sobre a implementação das resoluções aprovadas no 32º Congresso.

De acordo com presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, o encontro exerce a função de Conselho Fiscal, aprovando as contas do Sindicato mas também debate outros assuntos remetidos

pelo Congresso.

A professora Cenira Andrade de Oliveira participará do encontro como delegada da Adufes. Como observadores foram eleitos pela categoria Aureo Banhos, Josemar Machado de Oliveira, Raphael Góes Furtado e Cláudio Simões Salim. Na suplência estão Ana Claudia Berwanger e Odiléa Dessaune.

O Conad conta com a organização da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (Sedufsm), cidade que foi escolhida, durante a última edição do Conselho, em junho de 2012, na Parnaíba-PI.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

TRF mantém isenção do imposto de renda a docente com doença maligna

Em sentença, o juiz Alexandre Miguel, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, entendeu que a neoplasia maligna está prevista no rol de doenças que amparam a concessão da isenção ao IR. Dessa forma, comprovada a patologia - ainda que ela tenha sido diagnosticada após o ato de aposentadoria voluntária - os proventos estariam sob a favor da isenção do Imposto. O magistrado entendeu ainda que a portaria que embasou a universidade a negar o pedido de número 1.675/2006 do MPOG era ilegal.

O objetivo da isenção é desonerar o servidor com os vultosos gastos com o tratamento da enfermidade. É válido destacar que a decisão ainda pode ser revista pelo Superior Tribunal de Justiça. A assessoria jurídica da Adufes acredita, no entanto, que a deliberação do Tribunal Regional seja mantida.

Entenda o caso. A justificativa da União Federal e da Universidade para a negativa é que o laudo médico não era suficiente para a concessão do benefício uma vez que não continha prazo de validade e a conclusão da Junta Médica de que o autor não apresentava nenhuma das doenças listadas no artigo 1º da Lei 11.052/2004.

Já em sede de recurso no TRF 2ª Região, o Desembargador Relator José Ferreira Neves Santos esclareceu que a isenção pleiteada encontra respaldo no artigo 176 do CTN. Além disso afirma que as normas isentivas não estabelecem prazo de validade para o laudo médico nem que a doença esteja em atividade. Dessa forma, os Desembargadores entenderam por bem negar o Recurso interposto pela Ufes.